

NET

O MUNDO É DOS NETS



NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.

Companhia Aberta
CNPJ nº 00.108.786/0001-65

ITAG

MERCADO
BOVESPA - BRASIL

abrasca

NASDAQ

LATIBEX

NOSSAS AÇÕES SÃO
NEGOCIADAS NAS
BOLSAS DE VALORES

Relatório da Administração 2012

Prezados Senhores:

Submetemos à apreciação dos Senhores Acionistas, Clientes, Fornecedores de Serviços e Produtos, Comunidade Financeira e à Sociedade em Geral o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Net Serviços de Comunicação S.A. (“Companhia” ou “NET”) referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012, acompanhado do relatório dos Auditores Independentes.

A Companhia e suas controladas têm suas receitas provenientes principalmente da prestação de serviços de TV por assinatura, acesso à internet de banda larga e voz em parceria com a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel (“Embratel”).

Em 2012, continuamos a obter excelentes resultados mantendo a estratégia de crescimento acelerado e foco na qualidade dos serviços prestados. Finalizamos o ano com a base de assinantes de **TV por Assinatura** em **5.381 mil** clientes, **13,8%** de crescimento em relação a 2011. A base de clientes de **Banda Larga** encerrou o ano de **2012 com 5.498 mil** clientes, **28,9%** superior comparado a 2011. O número de **linhas telefônicas em serviço** ao final de 2012 era de **4.977 mil** linhas, **29,5%** maior em relação a 2011.

Em **TV por Assinatura**, continuamos como líderes do mercado, reunindo a melhor programação e os mais consagrados canais de filmes, esportes, variedades e notícias. A NET também tem liderado a acelerada adoção da tecnologia de alta definição no Brasil. A empresa fechou o ano com a marca de 30 novos canais lançados, sendo 17 deles em HD, a maior quantidade de canais de TV por Assinatura distribuídos em HD no mercado. É esta nova plataforma tecnológica que tem permitido à NET lançar produtos inovadores, que transformam completamente a experiência de assistir TV. Através do NOW, serviço de vídeo oferecido pela NET, os clientes NET HD podem assistir a seus programas favoritos na hora em que quiserem, através de um portal interativo. Pelo NOW, é possível assistir gratuitamente aos conteúdos dos canais da NET e também alugar conteúdos adicionais, como os mais recentes lançamentos do cinema, pelo controle remoto e sem sair de casa. O serviço disponibiliza atualmente mais de 6 mil opções de conteúdos e, em 2012, a plataforma atingiu a marca de 60 milhões de programas assistidos. Em 2012, a NET proporcionou também a seus assinantes a primeira transmissão ao vivo em 3D de uma Olimpíada, além da mais completa cobertura do evento, tanto pelos canais lineares como através do NOW. Também em 2012, foi lançado o NOW Clube, serviço que permite acesso ilimitado ao conteúdo mediante assinatura fixa mensal, com diversas opções para diferentes públicos e interesses. O NOW Clube já conta com os pacotes NETMix (focado em filmes, séries e conteúdos infantis), Philos (conteúdo de artes e documentários) e Receitas GNT (com receitas e dicas de culinária).

Na **Banda larga**, o Net Virtua continuou sendo destaque em 2012, tendo conquistado a primeira posição no mercado de banda larga residencial entre todas as operadoras fixas no Brasil. Liderando o crescimento deste mercado e conectando cada vez mais brasileiros com internet de qualidade e de ultra velocidade, a NET tem desempenhado papel importantíssimo no segmento, sendo a pioneira em banda larga de Megavelocidades no país, oferecendo atualmente conexões de até 100 Megabits por segundo em todas as regiões onde atua. A empresa também é líder em Internet Popular, programa em parceria com governos estaduais que oferece banda larga a preços acessíveis para aumentar a inclusão digital no Brasil. A NET é a maior operadora do mercado residencial do Brasil, levando concorrência e serviço de qualidade aos mercados em que atua. Nosso investimento constante em tecnologia, inovação e na capacidade de rede nos coloca como o principal operador de banda larga no país. A companhia já oferece conexão Wi-Fi em mais de três mil pontos *outdoor*, em nove cidades do Brasil, direcionada a clientes NET, que devem utilizar seu usuário cadastrado no site da NET para acessar gratuitamente o serviço. A NET firmou também uma parceria com a Infraero, disponibilizando acesso à internet em 14 aeroportos em todo o País para passageiros do aeroporto, que devem utilizar o número do seu cartão de embarque para acessar gratuitamente o serviço, restrito à área de embarque.

No **Serviço de Voz**, mantivemos nosso expressivo crescimento, continuando líderes em portabilidade na telefonia fixa local com o Net Fone via Embratel. Em apenas seis anos de existência, o Net Fone atingiu a marca de 5 milhões de clientes, tornando-se o terceiro *player* em telefonia fixa do Brasil e se posicionando entre as quatro maiores operadoras do mundo, em telefonia via cabo, ficando atrás apenas dos gigantes norte-americanos.

Soluções para Empresas

Lançado em 2011, o NET Empresas registrou um crescimento de 77% este ano, atendendo desde profissionais liberais, como advogados e dentistas, até negócios de pequeno e médio porte, principalmente dos setores de serviços e comércio. Os planos incluem combinações de telefonia fixa, internet de alta velocidade, rede sem fio e TV por assinatura. Hoje o NET Empresas já atende a mais de 220 mil clientes.

I. Desempenho Financeiro

A **Receita Líquida** em 2012 apresentou um aumento de **18,6%**, passando de R\$ 6.695,9 milhões em 2011 para **R\$ 7.939,2 milhões**. O crescimento da base de assinantes foi o principal motivo do crescimento.

Os **Custos Operacionais**, **R\$ 5.029,3** milhões no ano de 2012, um aumento de **21,3%** em relação aos R\$ 4.147,0 milhões de 2011, decorrente basicamente do próprio aumento no volume dos negócios.

As **Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas (VG&A) e Outras**, somaram em 2012 **R\$ 1.976,7 milhões**, **18,4%** superior em relação a 2011, que havia sido de R\$ 1.669,0 milhões, também em função de um maior volume dos negócios.

Balancos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
ATIVO				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	8	17.270	391.638	38.404
Contas a receber	9	400.103	260.718	757.254
Estoques	10	38.669	23.435	68.697
Partes relacionadas	19	32.576	18.502	-
Programação a receber de controladas	19	48.529	33.933	-
Impostos a recuperar	12	63.117	91.633	77.115
Despesas antecipadas		19.929	18.936	27.818
Juros sobre capital próprio a receber	19	75.388	66.096	-
Direito de uso pré-pago	19	118.785	120.804	167.004
Outros ativos circulantes		9.901	14.835	21.034
Total do ativo circulante		824.267	1.040.530	1.157.326
Não circulante				
Realizável a longo prazo				
Depósitos judiciais	11	66.490	60.003	123.396
Partes relacionadas	19	157.711	181.633	-
Impostos diferidos	12	-	-	283.824
Impostos a recuperar	12	4.060	4.060	5.589
Direito de uso pré-pago	19	107.017	225.802	150.459
Outros ativos não circulantes		2.192	4.079	4.434
Total do ativo não circulante		337.470	475.577	567.795
Total do ativo		7.025.914	6.498.709	8.601.854
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	16	608.332	468.385	907.083
Fornecedores de programação	17	129.071	112.187	189.460
Obrigações fiscais	12	36.528	33.772	93.994
Salários e encargos sociais		167.134	167.359	243.089
Dívidas	18	756.361	230.731	814.868
Partes relacionadas	19	113.982	74.889	127.142
Receitas diferidas	19	114.939	117.699	201.283
Perdas não realizadas com derivativos	24/25	4.102	12.527	4.102
Outros passivos circulantes		17.655	9.778	38.730
Total do passivo circulante		1.948.104	1.227.327	2.619.751
Não circulante				
Impostos diferidos	12	164.422	29.890	164.422
Dívidas	18	792.197	1.394.159	1.117.969
Receitas diferidas	19	114.221	230.287	201.099
Partes relacionadas	19	3.929	22.851	680.000
Provisões	20	227.122	427.126	375.753
Outros passivos não circulantes		18.645	19.760	18.645
Total do passivo não circulante		1.320.536	2.124.073	2.557.888
Patrimônio líquido				
Capital social	21	5.599.320	5.599.320	5.599.320
Reservas de capital		152.122	153.168	152.122
Prejuízos acumulados		(1.169.901)	(1.564.649)	(1.169.901)
Total do passivo e patrimônio líquido		7.850.181	7.539.239	8.925.400

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

O **EBITDA** (Lucro antes dos Juros, Impostos sobre a Renda incluindo Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, Depreciação e Amortização) aumentou **14,9%** em 2012 em relação a 2011, passando de R\$ 1.941,8 milhões para **R\$ 2.231,3 milhões**, atingindo **Margem EBITDA** de **28,1%** contra 29,0% de 2011.

O **Lucro Líquido** foi de **R\$ 393,7 milhões**, comparado a R\$ 373,2 milhões de 2011, portanto com aumento de 5,5%.

O total de **Investimento (CAPEX)** da Companhia totalizou **R\$ 2.593,4 milhões** em 2012, substancialmente destinado à instalação de residências, ampliação da capacidade de rede e melhorias tecnológicas, representando um aumento de **56,2%** em relação ao investido em 2011, reforçando nosso compromisso com o país e com a qualidade e abrangência de nossos serviços.

Acreditamos que 2013 será novamente um ano de conquistas, e que nosso compromisso com o futuro será demonstrado por cada um de nós, que estaremos mais uma vez nos empenhando para atingirmos nossos objetivos. Afinal, **O Mundo é dos NETS**.

2. Estruturação Societária

No início do exercício de 2012, a Embratel Participações S.A. (“Embrap”) adquiriu o controle indireto da Companhia, como decorrência da conclusão da compra de 1.077.520 ações ordinárias de emissão da GB Empreendimentos e Participações S.A. (“GB”), controladora direta da Companhia, anteriormente detidas pela Globo Comunicação e Participações S.A. (“Globo”). As ações adquiridas representam 5,5% do capital votante da GB e eram objeto de opção de compra outorgada pela Globo (“Opção”), nos termos do Acordo de Acionistas da GB, celebrado em 21 de março de 2005.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2012, foram deliberados o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia e a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2 da BM&FBOVESPA, ambos condicionados à realização de uma oferta pública unificada, contemplando também a oferta pública por alienação de controle da Companhia, em razão do exercício da Opção, para a aquisição de todas as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, incluindo as ações negociadas na Nasdaq e na Latibex, cujo preço máximo a ser ofertado seria de R\$ 26,04 ajustado pela variação do CDI desde o dia 5 de março de 2012 até a data da entrega do laudo de avaliação das ações da Companhia. Caso o preço das ações da Companhia, apurado em conformidade com o laudo de avaliação, fosse superior ao preço máximo ofertado, a Embrap reservou-se o direito de cancelar a oferta pública para cancelamento de registro e/ou a oferta pública para saída do Nível 2 da BM&FBOVESPA, prosseguindo-se apenas em relação à oferta pública por alienação de controle.

Em 6 de julho de 2012, Embratel, Embrap e GB informaram à Companhia de sua decisão de desistir da oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia e de sua intenção de promoverem apenas a oferta pública por alienação de controle da Companhia, e de descontinuidade, pela Companhia, das práticas diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 da BM&FBOVESPA. Informaram, ainda, que submeteriam à análise da Comissão de Valores Mobiliários - CVM nova minuta de Edital.

Ainda durante o exercício de 2012, a Embrap acordou com a Globo os termos e condições de uma reestruturação das participações acionárias detidas da Embrap, por sua controlada, Embratel, e pela Globo, no capital social da GB e da Companhia. A implementação desta reestruturação societária se iniciou por intermédio de operação de cisão parcial da GB, com a versão da parcela cindida para uma pessoa jurídica já existente, a EG Participações S.A. (“EG”), cujo controle acionário continua sendo de titularidade da Embrap e da qual a Globo participa como acionista minoritária. Dessa forma, a GB passou a deter 89.446.769 ações ordinárias e 223.080.448 ações preferenciais de emissão da Companhia, correspondentes a 78,15% de seu capital votante e 97,63% de seu capital não votante e a EG passou a deter 14.080.704 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 12,30% de seu capital votante.

3. Ambiente Regulatório

Em novembro de 2012 a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel concedeu à Companhia autorização para prestação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), através de atos para conversão das outorgas existentes de cabo e MMDs para o novo serviço. A autorização do SeAC é de âmbito nacional, podendo a Companhia passar a operar em qualquer localidade do território brasileiro. Por conta disso, após cumpridas todas as exigências legais, a Companhia iniciou a oferta do serviço de TV a cabo em 44 novas cidades, distribuídas nos estados de São Paulo (Grande São Paulo, Vale do Paraíba e outros municípios do interior), Rio de Janeiro (Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo), além de capitais e regiões metropolitanas das regiões Norte e Nordeste (Recife, Salvador, Belém e São Luís). Até o final de 2013, a NET espera dobrar o número de cidades com o portfólio completo de produtos.

4. Recursos Humanos

A Companhia acredita que as pessoas são a chave para o alcance da missão de conectar pessoas com o mundo. Por ser uma empresa de serviços que aposta na

qualidade como diferencial, preocupa-se em investir na capacitação dos colaboradores, além de manter um ambiente ético e de constante desenvolvimento profissional. A área de Recursos Humanos trabalha para treinar os mais de 15 mil colaboradores para que cumpram suas atividades com qualidade, tendo o encantamento do cliente como um importante norte. Também promove parcerias com instituições de ensino renomadas para facilitar o aprimoramento profissional. Além disto, a Companhia oferece benefícios atrativos, incluindo plano de participação nos resultados atrelado aos objetivos estratégicos da empresa.

5. Responsabilidade Social

Conectar pessoas para um mundo melhor. A Companhia em 2012 continuou com a atuação em Responsabilidade Social, firmando ainda mais o seu compromisso com a Educação. Nesse processo, deu continuidade às melhorias do NET Educação, portal inteiramente gratuito, promovendo mais colaboração e interação entre os internautas, e oferecendo novos conteúdos para apoiar no processo de ensino e aprendizagem. Lançou o 1º Concurso Cultural Educonex@o 2012 - Participação Social, convidando grupos de alunos e professores a produzirem vídeos tendo como foco a participação do jovem na sociedade. Também investiu em capacitação de professores por meio do curso a distância Educonex@o, aprimorando a capacitação de docentes em relação ao uso das tecnologias em sala de aula. O veículo somou um total de 584.613 visualizações de página de janeiro a dezembro de 2012.

Além disso, a Companhia comemorou três anos do programa NET Comunidade, que tem entre seus objetivos incentivar a comunidade na transformação social e criar condições para que todos possam se desenvolver como pessoas, profissionais e cidadãos. O programa oferece o curso Repórter Comunidade, formação anual que prevê capacitação em veículos de comunicação e tecnologia, oficinas e demais atividades mediadas por educadores sociais. O NET Comunidade está presente no bairro do Cambuci, em São Paulo, e no bairro Vila União, em Campinas. A Companhia também consolidou o Programa de Voluntariado, que prioriza ações com foco em Educação.

6. Relacionamento com os Auditores Independentes

Os trabalhos de auditoria integrada das demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil foram realizados pela Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S. (Ernst & Young Terco). Os serviços não relacionados à auditoria integrada realizados em 2012 pela Ernst & Young Terco referem-se à revisão das declarações de imposto de renda e outras revisões relacionadas a matérias fiscais, cujos honorários totalizaram R\$ 238 mil, ou 9,2% dos honorários correspondentes aos serviços de auditoria das demonstrações financeiras em 2012. Os serviços não relacionados à auditoria foram realizados em prazo inferior a um ano por equipes especializadas e totalmente distintas da equipe responsável pela realização dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras, procedimento adotado pela Companhia para garantir a objetividade e independência dos auditores independentes.

O Conselho Fiscal, que também exerce as funções de Comitê de Auditoria conforme os padrões exigidos pelas leis e regulamentações do mercado de capitais norte-americano, supervisiona a atuação e a independência dos auditores independentes, analisa o escopo, as declarações dos auditores quanto à sua independência, avalia a natureza de todos os serviços prestados e encaminha seu parecer para o Conselho de Administração.

7. Agradecimentos

Nossa missão de SER A MELHOR SOLUÇÃO EM MULTISSERVIÇOS VIA CABO CONECTANDO PESSOAS DE SUAS CASAS COM O MUNDO é o que nos norteia em nossas decisões e execução das nossas tarefas diárias. Buscamos todos os dias entregar serviços que nos diferenciam no mercado para que nossos clientes sintam-se satisfeitos ao receber nossos produtos e serviços no conforto e conveniência de seus lares.

A todos aqueles com quem nos relacionamos em 2012, agradecemos o apoio recebido e esperamos contar mais uma vez com vocês, reafirmando que estamos COMPROMETIDOS COM O FUTURO para garantir a perenidade de nossa empresa, o retorno aos nossos acionistas, retribuição à sociedade e um serviço de alta qualidade a nossos clientes.

As demonstrações financeiras anuais e trimestrais da Companhia contemplam as exigências adicionais da BM&FBOVESPA quanto à adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa “Nível 2”.

São Paulo, 6 de fevereiro de 2013.

A Administração

NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Controladora		Consolidado	
	Notas	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2011
Receita líquida	4	4.155.890	3.479.598	7.939.196
Custo dos serviços prestados	5/7	(2.624.088)	(2.131.098)	(5.029.267)
Lucro bruto		1.531.802	1.348.500	2.909.929
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	7	(565.302)	(428.606)	(907.322)
Despesas gerais e administrativas	7	(500.544)	(537.333)	(991.740)
Outras receitas (despesas) líquidas	7	(22.284)	4.014	(77.684)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		(1.088.130)	(961.925)	(1.976.746)
Participações em controladas				
Equivalência patrimonial	13	217.020	324.818	-
Lucro líquido do exercício		217.020	324.818	-
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		660.692	711.393	933.183
Resultado financeiro				
Despesas financeiras	6	(227.967)	(398.205)	(432.799)
Receitas financeiras	6	93.578	132.293	131.199
Lucro líquido do imposto de renda e contribuição social		(134.584)	(265.912)	(301.600)
Imposto de renda e contribuição social				
Corrente	12	1.983	(1.623)	(86.240)
Diferido	12	(134.584)	(70.685)	(151.641)
Lucro líquido do exercício		393.702	373.173	393.702
Lucro líquido do exercício por ação - ordinária	23	1,08	1,02	-
Lucro líquido do exercício por ação - preferencial	23	1,18	1,12	-

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

	31/12/2012	31/12/2011
Controladora e consolidado		
Lucro líquido do exercício	393.702	373.173
Resultados abrangentes	-	-
Total de resultados abrangentes	393.702	373.173

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Luiz

Continua



Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Quantidade de ações (mil)		Capital social		Reserva de capital			Prejuízos acumulados	Total
	Ordinária	Preferencial	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Ágio na emissão de ações	Reserva especial de ágio		
Saldos em 31 de dezembro 2010	114.460	228.504	5.612.243	(12.923)	5.599.320	8.702	89.521	54.945	3.814.666
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	373.173
Saldos em 31 de dezembro de 2011	114.460	228.504	5.612.243	(12.923)	5.599.320	8.702	89.521	54.945	4.187.839
Transferência de reserva especial de ágio não utilizada para prejuízos acumulados	-	-	-	-	-	-	(1.046)	-	1.046
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	393.702
Saldos em 31 de dezembro de 2012	114.460	228.504	5.612.243	(12.923)	5.599.320	8.702	88.475	54.945	4.581.541

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	2012	2011	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	393.702	373.173	393.702	373.173
Ajustes para reconciliar o lucro ao caixa gerado pelas atividades operacionais				
Equivalência patrimonial	(217.020)	(324.818)	-	-
Variações cambiais e monetárias, líquidos	78.575	84.383	103.969	102.264
Despesa de juros sobre empréstimos	130.092	175.450	172.892	203.040
Depreciações e amortizações	755.725	613.817	1.298.080	1.061.896
(Ganhos) perdas com derivativos	(240)	16.978	(240)	16.978
Imposto de renda e contribuição social diferidos	134.584	70.685	151.641	106.360
Resultado na baixa de bens do ativo imobilizado e intangível	414	12	3.076	(129)
Provisões	(212.725)	(39.364)	(192.346)	(42.286)
Variações nos ativos e passivos				
(Aumento) redução em contas a receber	(139.384)	(82.531)	(249.543)	(156.806)
(Aumento) redução em estoques	(15.234)	11.359	(15.562)	28.915
(Aumento) redução em impostos a recuperar	66.776	-	91.990	54.835
(Aumento) redução em despesas antecipadas	(993)	(1.599)	1.918	(2.303)
(Aumento) redução em outros ativos	20.402	57.013	(19.104)	(24.963)
Aumento (redução) em fornecedores e fornecedores de programação	156.831	183.822	192.247	320.617
Aumento (redução) em obrigações fiscais	2.757	10.691	(442)	28.836
Aumento (redução) em salários e encargos sociais	(225)	47.164	5.887	64.170
Aumento (redução) em receitas diferidas	(118.826)	(120.887)	(209.553)	(213.910)
Aumento (redução) em provisões, outros passivos e outras contas a pagar	10.994	(34.283)	4.627	(38.793)
Dividendos recebidos	576.600	-	-	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.622.805	1.093.943	1.733.239	1.881.894
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aquisições de imobilizado e intangível	(1.571.728)	(939.446)	(2.593.399)	(1.660.193)
Caixa recebido na venda de ativo imobilizado	153	1.347	186	2.507
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(1.571.575)	(938.099)	(2.593.213)	(1.657.686)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos				
Ingressos	683.383	77.981	687.057	221.197
Pagamentos de principal	(838.035)	(277.049)	(1.019.471)	(342.099)
Pagamentos de juros	(134.649)	(176.207)	(170.386)	(203.688)
Partes relacionadas				
Ingressos	560.641	949.584	680.000	-
Pagamentos	(696.938)	(939.529)	-	-
Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamentos	(425.598)	(365.220)	177.200	(324.590)
Diminuição líquida no caixa e equivalentes de caixa	(374.368)	(209.376)	(682.774)	(100.382)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	391.638	601.014	721.178	821.560
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17.270	391.638	38.404	721.178
	(374.368)	(209.376)	(682.774)	(100.382)
Divulgação suplementar de informações dos fluxos de caixa				
Imposto de renda e contribuição social pagos	339	2.220	88.773	106.259

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional

A Net Serviços de Comunicação S.A. é uma empresa de capital aberto organizada segundo as leis do Brasil que controla um grupo de operadoras de televisão a cabo por assinatura, também referida como "Net Serviços" ou "a Companhia". As ações da Net Serviços são negociadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (BM&FBOVESPA) sob o código NETC.

A Companhia possui ainda, ações preferenciais negociadas sob a forma de ADS (*American Depository Shares*) na NASDAQ, nos Estados Unidos da América, e está sujeita às normas da SEC (*Securities and Exchange Commission*). Cada ADS representa 1 ação preferencial negociada sob o código NETC.

Adicionalmente, a Companhia possui ações preferenciais negociadas na LATIBEX, bolsa de valores de Madrid, estando sujeita às normas da Comisión Nacional del Mercado de Valores da Espanha (CNMV).

A Companhia está domiciliada no Brasil e sua sede está localizada na Rua Verbo Divino, 1.356, São Paulo no Estado de São Paulo. A Companhia presta serviços de televisão a cabo sob a marca "NET" e acesso à Internet de alta velocidade sob a marca "NET VIRTUA" por meio de várias redes de cabos localizadas nas maiores cidades do país. A Companhia é a Empresa Brasileira de Telecomunicações S.A. - Embratel ("Embratel"), subsidiária da Telmex Internacional S.A.B. de C.V. (Telmex), fornecem conjuntamente serviços de voz sob a marca "NET FONE VIA EMBRATEL (Net Fone)".

A Net Serviços de Comunicação S.A. detém 100% do capital social das controladas Net Brasília Ltda., Net Rio Ltda., Net São Paulo Ltda., Reyç Comércio e Participações Ltda., Jacareí Cabo Ltda., 614 TVH Vale Ltda., 614 Serviços de Internet Maceió Ltda., 614 Serviços de Internet João Pessoa Ltda. e Net Brasil Serviços de Televisão por Assinatura S.A..

Em novembro de 2012, a Agência Nacional de Telecomunicações - Anatel concedeu à Companhia autorização para prestação do Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), através de atos para conversão das outorgas existentes de cabo e MMDs para o novo serviço. A autorização do SeAC é de âmbito nacional, podendo a Companhia passar a operar em qualquer localidade do território brasileiro. Por conta disso, após cumpridas todas as exigências legais, a Companhia iniciou a oferta do serviço de TV a cabo em 44 novas cidades, distribuídas nos estados de São Paulo (Grande São Paulo, Vale do Paraíba e outros municípios do interior), Rio de Janeiro (Baixada Fluminense, Niterói e São Gonçalo), além de capitais e regiões metropolitanas das regiões Norte e Nordeste (Recife, Salvador, Belém e São Luís).

A Companhia firmou contrato de adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa "Nível 2" com a BM&FBOVESPA, o qual foi criado para diferenciar um grupo seletivo de empresas que se comprometem em adotar práticas diferenciadas de boa governança. As demonstrações financeiras anuais e trimestrais da Companhia contemplam as exigências adicionais da BM&FBOVESPA. De acordo com o estatuto social da Companhia, as disputas e controvérsias decorrentes ou relacionadas a seu estatuto social, ao Regulamento do Nível 2, às disposições da Lei das Sociedades por Ações, às normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, aos Regulamentos da BM&FBOVESPA e às demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral deverão ser solucionadas por arbitragem, a ser conduzida na forma do Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado, instituída pela BM&FBOVESPA (*Cláusula Compromissória*).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras da controladora e do consolidado da Companhia, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, dos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e das normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") que estão de acordo com as normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), emitidas pelo *"International Accounting Standards Board" ("IASB")*, exceto pela avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial para as demonstrações financeiras da controladora.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos oriundos de combinações de negócios ocorridas em anos anteriores e instrumentos financeiros, os quais foram mensurados pelo valor justo. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem as demonstrações financeiras da Net Serviços de Comunicação S.A. e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário detalhadas na nota explicativa 1, cujos exercícios sociais são coincidentes com os da controladora e as práticas contábeis são uniformes.

As subsidiárias são consolidadas desde a data de aquisição, que corresponde à data na qual a Companhia obteve o controle, e continuam sendo consolidadas até a data que cessa tal controle.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e do resultado soma, horizontalmente, os saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementado pela eliminação do seguinte:

- Participações da controladora no capital, reservas e resultados acumulados das empresas consolidadas;
- Saldos de contas do ativo e do passivo mantidos entre as empresas consolidadas; e
- Saldos de receitas e despesas decorrentes de transações realizadas entre as empresas consolidadas.

As demonstrações financeiras individuais da Companhia, somente diferem das práticas do IFRS no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Além disso, a legislação societária brasileira requer que as companhias abertas apresentem a demonstração de valor adicionado - DVA em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, enquanto que para fins de IFRS, tais demonstrações são apresentadas como informações suplementares.

A Companhia adotou todos os pronunciamentos, pronunciamentos revisados e interpretações emitidas pelo CPC e IASB que estavam em vigor em 31 de dezembro de 2012. Em relação aos pronunciamentos IAS 12 (R) - Tributos sobre Lucro, IFRS 1(R) - Adoção Inicial das IFRS e IFRS 7 (R) - Instrumentos Financeiros - Divulgação, que foram revisados pelo IASB e passaram a ser aplicados pela primeira vez em 2012, os mesmos não impactaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia de 31 de dezembro de 2012.

Em relação aos pronunciamentos IAS 1 (R) - Apresentação das Demonstrações Financeiras, IAS 19 (R) - Benefícios a Empregados, IAS 32 (R) - Compensação entre Ativos Financeiros e Passivos Financeiros, IFRS 1 (R) - Adoção Inicial das IFRS, IFRS 7 (R) - Instrumentos Financeiros - Divulgação, IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração, IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 11 - Empreendimentos Conjuntos, IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades, IFRS 13 - Mensurações do Valor Justo, IAS 27 (R) - Demonstrações Consolidadas e Separadas e IAS 28 (R) - Investimentos em Coligada e em Controlada, que foram emitidos (novos pronunciamentos) e/ou revisados pelo IASB anteriormente a 2012 e cujas aplicações passam a vigorar para os exercícios fiscais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, a Companhia avaliou que a adoção destes pronunciamentos não terá impacto em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

O Conselho de Administração da Companhia tem o poder de alterar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, após a sua emissão. Em 6 de fevereiro de 2013, o Conselho de Administração da Companhia aprovou as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e autorizou sua divulgação.

3. Práticas contábeis

3.1. Conversão de saldos em moeda estrangeira

A Companhia e todas as suas controladas são localizadas e operam integralmente no Brasil.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia são preparadas utilizando-se a moeda funcional de cada entidade. A moeda funcional de uma entidade é a moeda do ambiente econômico primário em que ela opera. Ao definir a moeda funcional de cada uma de suas subsidiárias, a Administração considerou qual a moeda que influencia significativamente o preço de venda de seus serviços, e a moeda na qual a maior parte do custo dos seus insumos é pago ou incorrido. As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de todas as subsidiárias consolidadas.

Transações em moeda estrangeira são inicialmente convertidas para a moeda funcional e registradas pela taxa de câmbio vigente na data da transação. Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos novamente para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data de encerramento das demonstrações financeiras. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a conversão dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no encerramento do exercício, e a conversão inicial dos valores das transações, são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.2. Reconhecimento de receita

As receitas incluem mensalidade de serviços de assinaturas, mensalidade de conexão, *pay-per-view*, dados em alta-velocidade e serviços de telefone. As receitas são registradas no mês em que os serviços são prestados. As taxas de adesão e as despesas de vendas diretas relacionadas são diferidas e amortizadas durante o período médio estimado que os assinantes devam permanecer conectados ao sistema. As receitas diferidas referem-se, principalmente, a receitas antecipadas provenientes da aquisição do direito de uso pré-pago da rede da Companhia para prestação exclusiva dos serviços de NET Fone e locação de fibras ópticas, sem qualquer tipo de obrigação de devolução. Essa receita diferida é apropriada ao resultado do exercício pelo prazo contratual. Receitas com serviços de acesso a rede são apropriadas ao resultado do exercício pelo prazo médio de permanência do cliente na base.

A receita de aluguel resultante de arrendamentos mercantis operacionais de equipamentos é contabilizada de forma linear ao longo do prazo do arrendamento mercantil.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica de receita financeira, na demonstração do resultado.

3.3. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando-se em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da Administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem caixa, saldos positivos em contas bancárias e aplicações financeiras de conversibilidade imediata em

montante conhecido de caixa, estando sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Esses investimentos são avaliados ao custo, acrescidos de juros até a data do balanço e marcados a mercado, sendo o ganho ou a perda registrado no resultado do exercício.

3.5. Contas a receber e provisão para créditos de liquidação duvidosa

Contas a receber são registradas pelo valor líquido estimado realizável e não auferem juros. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base no histórico de inadimplência dos assinantes, em montante considerado suficiente pela Administração para a cobertura de perdas na realização das contas a receber. O prazo médio de recebimento de assinaturas é de aproximadamente 30 dias e os valores a receber vencidos há mais de 180 dias são baixados contabilmente como perdas.

O saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa é composto, substancialmente, por valores em atraso entre 90 e 180 dias.

3.6. Estoques

Os estoques estão demonstrados pelo menor valor entre o valor líquido realizável (valor estimado de venda no curso normal dos negócios, menos o custo estimado para realizar a venda) e o custo médio de aquisição. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando as perdas são consideradas prováveis pela Administração.

3.7. Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico deduzido das respectivas depreciações e perdas por desvalorização, se aplicável. A rede de cabos inclui valores capitalizados de despesas com serviços e outras despesas atribuídas ao período de construção.

A depreciação é calculada pelo método linear, às taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, conforme apresentado na nota explicativa 14. Custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a estes itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável. O saldo residual do item substituído é baixado.

Demais reparos e manutenções não reconhecidos diretamente no resultado do exercício, quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva, quando necessário.

3.8. Ativo intangível

A vida útil dos ativos intangíveis é avaliada como definida ou indefinida. O custo do ativo intangível adquirido em uma combinação de negócio é o valor justo na data de aquisição.

Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando as vidas úteis estimadas, conforme apresentado na nota explicativa 15.

As vidas úteis estimadas são revisadas ao final de cada exercício. A despesa de amortização dos ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado, consistente com a funcionalidade do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, no nível de unidade geradora de caixa.

A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo intangível são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidas na demonstração do resultado no momento da baixa do ativo.

3.9. Provisão para recuperação dos ativos de vida longa

De acordo com o IAS 36 e CPC 01, a Companhia analisa a recuperação dos ativos de vida longa, principalmente o ativo imobilizado e o intangível. Na data de cada encerramento das demonstrações financeiras, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso se identifique tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo, e (b) seu valor em uso. O valor em uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados, antes dos impostos, derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicação de não recuperação de seu valor contábil, saldos de ágio originados da combinação de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida têm sua recuperação testada pelo menos uma vez por ano.

Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil deste ativo (*impairment*). A redução no valor recuperável é registrada no resultado do exercício.

Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nestas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada.

3.10. Combinação de negócios e ágio

Combinações de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. O custo de aquisição é mensurado pelo valor justo dos ativos, instrumentos de patrimônio e passivos incorridos ou assumidos na data da aquisição. Ativos identificáveis adquiridos e passivos e contingências assumidas na combinação de negócios são mensurados inicialmente pelo valor justo na data de aquisição.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição sobre o valor justo líquido dos ativos adquiridos, passivos assumidos e passivos contingentes identificáveis de uma subsidiária adquirida, na respectiva data de aquisição. Se o custo de aquisição for menor que o valor justo do ativo líquido da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado.

Não existiram combinações de negócios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

3.11. Impostos

Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos, são calculados com base nas alíquotas de 15% acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido e reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

Imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças geradas entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. Imposto de renda e contribuição social diferidos são determinados considerando as taxas vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados.

Imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e prejuízos fiscais possam ser compensados.

Imposto sobre serviços prestados

A Companhia compensa os ativos fiscais diferidos e passivos fiscais diferidos se e somente se: (a) a entidade tem o direito legalmente executável de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes; e (b) os ativos fiscais diferidos e os passivos fiscais diferidos estão relacionados com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária: (i) na mesma entidade tributável; ou (ii) nas entidades tributáveis diferentes que pretendem liquidar os passivos e os ativos fiscais correntes em bases líquidas, ou realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro no qual se espera que valores significativos dos ativos ou passivos fiscais diferidos sejam liquidados ou recuperados.

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre serviços prestados, exceto:

- quando os impostos sobre os serviços prestados incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre os serviços prestados é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso;
- quando os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre os serviços prestados; e
- o valor líquido dos impostos sobre os serviços prestados, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

3.12. Provisões

A Companhia registra provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para contingências fiscais, trabalhistas, cíveis e previdenciárias e respectivos honorários advocatícios que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a várias reivindicações, legais, cíveis e trabalhistas que advêm do curso normal das atividades de negócios. O julgamento sobre a avaliação da probabilidade de perda da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de seus assessores legais. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas da Administração.

3.13. Instrumentos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados como: (i) ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, (ii) recebíveis, (iii) investimentos mantidos até o vencimento ou (iv) ativos financeiros disponíveis para venda. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado

São apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos financeiros classificados como o valor justo por meio do resultado referem-se a instrumentos financeiros derivativos.

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos, menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas como despesa financeira no resultado. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, os ativos financeiros classificados como recebíveis referem-se as contas a receber.

Investimentos mantidos até o vencimento

Ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimentos fixos são classificados como mantidos até o vencimento quando a Companhia tiver manifestado intenção e capacidade financeira para mantê-los até o vencimento. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía investimentos mantidos até o vencimento.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como (i) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado, (ii) recebíveis ou (iii) investimentos mantidos até o vencimento. Estes ativos financeiros incluem instrumentos patrimoniais e de títulos de dívida. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

• Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;

• A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de "repassê"; e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Quando a Companhia tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou tiver executado um acordo de repasse, e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Companhia com o ativo. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados com base nos direitos e obrigações que a Companhia manteve. O envolvimento contínuo na forma de uma garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo valor contábil original do ativo ou pela máxima contraprestação que puder ser exigida da Companhia, dos dois o menor.

(ii) Redução do valor recuperável de ativos financeiros:

A Companhia avalia nos dados do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo ("um evento de perda" incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado.

Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal pode ser indicada por uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

Ativos financeiros ao custo amortizado

Em relação aos ativos financeiros apresentados ao custo amortizado, a Companhia inicialmente avalia individualmente se existe evidência clara de perda por redução ao valor recuperável de cada ativo financeiro que seja individualmente significativa, ou em conjunto para ativos financeiros que não sejam individualmente significativos. Se a Companhia concluir que não existe evidência de perda por redução ao valor recuperável para um ativo financeiro individualmente avaliado, quer significativo ou não, o ativo é incluído em um grupo de ativos financeiros com características de risco de crédito semelhantes e os avalia em conjunto em relação à perda por redução ao valor recuperável.

Ativos que são avaliados individualmente para fins de perda por redução ao valor recuperável e para os quais uma perda por redução ao valor recuperável seja ou continue a ser reconhecida não são incluídos em uma avaliação conjunta de perda por redução ao valor recuperável.

Quando houver evidência clara da ocorrência de redução do valor recuperável, o valor da perda é mensurado como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados (excluindo perdas de crédito futuras esperadas ainda não incorridas). O valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados é descontado pela taxa de juros efetiva original para o ativo financeiro. Quando o ativo financeiro apresentar taxa de juros variável, a taxa de desconto para a mensuração de qualquer perda por redução ao valor recuperável será a taxa de juros efetiva corrente.

O valor contábil do ativo é reduzido por meio de uma provisão, e o valor da perda é reconhecido na demonstração do resultado. Receita de juros continua a ser computada sobre o valor contábil reduzido com base na taxa de juros efetiva original para o ativo. Os ativos financeiros, juntamente com a correspondente provisão, são baixados quando não há perspectiva realista de sua recuperação futura e todas as garantias tenham sido realizadas ou transferidas para a Companhia. Se, em um exercício subsequente, o valor da perda estimada de valor recuperável aumentar ou diminuir devido a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por redução ao valor recuperável, a perda anteriormente reconhecida é aumentada ou reduzida ajustando-se a provisão. Em caso de eventual recuperação futura de um valor baixado, essa recuperação é reconhecida na demonstração do resultado.

(iii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado ou como empréstimos e financiamentos. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial. Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo e, no caso de empréstimos e financiamentos, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionada.

Os passivos financeiros da Companhia incluem: (i) fornecedores; (ii) fornecedores de programação; (iii) outros passivos circulantes; (iv) dívidas; e (v) instrumentos financeiros derivativos.

Mensuração subsequente

A mensuração dos passivos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado

Passivos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação quando forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ganhos e perdas de passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não apresentou nenhum passivo financeiro a valor justo por meio do resultado.

Empréstimos e financiamentos

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia possuía os seus empréstimos e financiamentos classificados no grupo de dívidas.

Desreconhecimento (baixa)

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar.

Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

(iv) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos, tais como contratos de *swaps* de câmbio para proteger-se dos riscos de taxas de câmbio. Instrumentos financeiros derivativos são mensurados ao valor justo (valor de mercado) em cada data de divulgação de balanço e são contabilizados como ativos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar ganho e como passivos financeiros por meio do resultado quando o valor justo apresentar perda. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo dos instrumentos financeiros derivativos durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado do exercício. Os instrumentos financeiros derivativos são classificados como de curto e longo prazo ou segregados em parcela de curto prazo ou de longo prazo com base em uma avaliação dos fluxos de caixa contratados.

(v) Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Valor justo de instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço, sem dedução dos custos de transação.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses); referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar; análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação. Uma análise do valor justo de instrumentos financeiros e mais detalhes sobre como os mesmos são calculados estão descritos nas notas explicativas 24 e 25.

3.14. Contratos de arrendamentos

Os contratos de arrendamento dos quais parcelas relevantes dos riscos e direitos de propriedade não são assumidos pela Companhia, são classificados como leasing operacional. As receitas e despesas referentes aos contratos de leasing operacionais são registradas no resultado do exercício de forma linear durante o período de vigência desses contratos.

A caracterização de um contrato como arrendamento mercantil está baseado em aspectos substantivos relativos ao uso de um ativo ou ativos específicos ou, ainda, ao direito de uso de um determinado ativo, na data do início da sua execução.

3.15. Segmento de negócios

Segmentos operacionais são definidos como componentes de um empreendimento para os quais informações financeiras separadas estão disponíveis e são avaliadas de forma regular pelo principal tomador de decisões operacionais na decisão sobre como alocar recursos para um segmento individual e na avaliação do desempenho do segmento. Tendo em vista que todas as decisões são tomadas com base em relatórios consolidados, que todos os serviços são prestados utilizando-se a mesma rede de cabos, que não existem gerentes que sejam responsáveis por determinado segmento e que todas as decisões relativas a planejamento estratégico, financeiro, compras, investimentos e aplicação de recursos são feitas em bases consolidadas, a Companhia concluiu que tem somente um segmento passível de reporte.

3.16. Aplicação de julgamentos, estimativas e práticas contábeis críticas na elaboração das demonstrações financeiras

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das práticas contábeis e o valor dos ativos, passivos, receitas e despesas divulgados. Tais estimativas e premissas relacionadas são baseadas em experiências de anos anteriores e vários outros fatores julgados razoáveis considerados os fatos e circunstâncias. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

As premissas chave das estimativas são revisadas de forma contínua. Mudanças nas estimativas contábeis são reconhecidas no exercício que a estimativa é revisada. As estimativas e premissas com risco de impacto material nos valores de ativos e passivos dentro do próximo exercício são discutidas a seguir:

a) Impostos diferidos

O montante do imposto de renda diferido ativo, conforme detalhado na nota explicativa 12, é revisado a cada data de encerramento das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável por meio de juros tributáveis futuros estimados. Os valores registrados envolvem considerável julgamento da Administração. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição do montante de imposto de renda diferido a ser registrado.

b) Valorização de ativos adquiridos e passivos assumidos em combinações de negócios

Durante os últimos anos, a Companhia realizou algumas combinações de negócios. De acordo com o IFRS 3 e o CPC 15, a Companhia alocou o custo da entidade adquirida aos ativos adquiridos e passivos assumidos, baseado nos seus valores justos estimados na data de aquisição. Qualquer diferença entre o custo da entidade adquirida e o valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos foi registrado como ágio. A Companhia exerce julgamentos significativos no processo de identificação de ativos e passivos tangíveis e intangíveis, na valorização de tais ativos e passivos e na determinação da sua vida útil remanescente. A Companhia geralmente contrata empresas externas de avaliação para auxiliar na avaliação de ativos e passivos, particularmente quando esta avaliação requer alta qualificação técnica. A avaliação destes ativos e passivos é baseada em premissas e critérios que, em alguns casos, incluem estimativas de fluxos de caixa futuro descontados pelas taxas apropriadas.

As premissas utilizadas para avaliação incluem estimativas de fluxo de caixa descontados ou taxas de desconto e podem resultar em valores estimados diferentes dos ativos adquiridos e passivos assumidos.

c) Teste de recuperabilidade do ágio e demais intangíveis de vida útil indefinida

A Companhia avalia a existência de qualquer indicador de perda para todos os seus ativos de vida longa em cada data de encerramento das demonstrações financeiras. Ágio e ativos intangíveis de vida útil indefinida são testados quanto à sua recuperabilidade anualmente e quando existem indicadores de perda. Os valores recuperáveis são determinados com base em cálculos do valor em uso, usando premissas de fluxos de caixa descontados estabelecidas pela Administração. Tais cálculos requerem o uso de estimativas conforme detalhado na nota explicativa 15.

d) Provisões

As provisões detalhadas na nota explicativa 20 são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessário para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação.

3.17. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com a Deliberação CVM nº 557, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento contábil CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, emitido pelo CPC.

4. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receita bruta	5.217.645	4.337.908	9.937.992	8.345.397
Impostos incidentes sobre serviços prestados	(884.292)	(717.502)	(1.682.201)	(1.391.961)
Descontos e cancelamentos	(177.463)	(140.808)	(316.595)	(257.551)
Receita líquida	4.155.890	3.479.598	7.939.196	6.695.885

Os impostos incidentes sobre serviços prestados consistem principalmente de ICMS sobre serviços de TV por assinatura (10%) e banda larga (25% a 30%), impostos municipais sobre serviços, tais como o ISS (2% a 5%), além das contribuições federais relacionadas ao PIS (0,65% ou 1,65%) e a COFINS (3% ou 7,60%).

A receita auferida pela Companhia é referente a serviços prestados no território brasileiro.

5. Custos dos serviços prestados

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custo de programação	(833.242)	(675.723)	(1.795.858)	(1.515.728)
Materiais e manutenção de rede	(43.693)	(35.052)	(91.783)	(74.672)
Pessoal	(298.003)	(286.294)	(493.468)	(463.931)
Aluguel de postes	(60.758)	(55.806)	(93.454)	(84.100)
Depreciações	(517.583)	(381.350)	(982.590)	(757.149)
Amortizações	(119.126)	(118.682)	(166.886)	(166.347)
Serviços de terceiros	(338.874)	(204.294)	(668.067)	(475.873)
Energia de rede	(36.955)	(28.582)	(57.158)	(44.400)
Telecomunicações	(211.686)	(204.141)	(392.513)	(312.224)
Outros	(164.168)	(141.174)	(287.490)	(252.887)
	(2.624.088)	(2.131.098)	(5.029.267)	(4.146.951)

6. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Receitas:				
Juros sobre valores a receber de controladas	15.412	32.613	-	-
Rendimentos sobre aplicações financeiras	11.847	35.143	28.126	77.369
Juros sobre direito de uso pré-pago partes-relacionadas	36.927	35.012	51.916	49.224
Juros e multas sobre atraso no pagamento das mensalidades	26.850	22.559	48.186	39.043
Outras	2.542	6.966	2.971	9.765
	93.578	132.293	131.199	175.401

Despesas:

Encargos financeiros sobre empréstimos e debêntures	(101.675)	(145.481)	(119.772)	(173.071)
Variações cambiais sobre empréstimos	(59.338)	(68.950)	(59.338)	(68.950)
Encargos financeiros e variações cambiais (*)	(94.603)	(114.109)	(191.830)	(138.827)
Encargos financeiros e variações monetárias sobre contingências, fornecedores e outros passivos (**)	66.404	284	1.571	(1.109)
Ganhos (perdas) com instrumentos financeiros derivativos	240	(16.978)	240	(16.978)
IOF sobre conta corrente mercantil	(3.651)	(9.247)	(7.036)	(12.949)
PIS e COFINS sobre outras receitas	(7.037)	(8.515)	(6.325)	(9.598)
Descontos financeiros concedidos	(14.745)	(10.568)	(29.874)	(18.402)
Outras	(13.562)	(24.641)	(18.435)	(36.002)
	(227.967)	(398.205)	(432.799)	(475.886)
	(134.389)	(265.912)	(301.600)	(300.485)

(*) No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a rubrica de "encargos financeiros e variações cambiais" incluíam, respectivamente (i) R\$ 30.297 (R\$ 28.726 em 2011) na controladora e R\$ 53.377 (R\$ 50.609 em 2011) no consolidado, referente a despesas com juros relativos ao pré-pagamento do direito de uso irrevogável (IRU) com a Embratel, uma parte relacionada (vide nota explicativa 19); e (ii) R\$ 64.306 (R\$ 85.383 em 2011) na controladora e R\$ 138.453 (R\$ 88.218 em 2011) no consolidado, referente a despesa de juros sobre a variação cambial do dólar norte americano relacionados a empréstimos do Banco Inbursa S.A., uma parte relacionada (vide nota explicativa 19), e as despesas de juros incorridas junto à Embratel e America Movil. S.A.B de C.V. referente às transações de mútuo.

(**) Os valores classificados na rubrica de "encargos financeiros e variações monetárias sobre contingências, fornecedores e outros passivos" referem-se ao resultado líquido da atualização de alguns passivos, relacionados ao IRRF sobre juros de dívidas antigas em moeda estrangeira e o andamento de disputa relacionada aos direitos autorais.

7. Despesas por natureza

As demonstrações dos resultados da Companhia são apresentadas por função. A seguir demonstramos o detalhamento das despesas por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Custos de programação	(833.242)	(675.723)	(1.795.858)	(1.515.728)
Outros custos	(245.438)	(210.809)	(412.455)	(357.055)
Serviços terceiros	(778.675)	(529.838)	(1.320.093)	(973.701)
Depreciação e amortização	(755.725)	(613.817)	(1.298.080)	(1.061.896)
Despesas com benefícios a empregados	(623.512)	(619.241)	(923.889)	(901.171)
Despesas com telecomunicações	(211.686)	(204.141)	(392.513)	(312.224)
Despesas comerciais	(201.369)	(164.147)	(350.980)	(294.401)
Outras	(62.571)	(75.307)	(512.145)	(399.780)
	(3.712.218)	(3.093.023)	(7.006.013)	(5.815.956)

Classificados como:

Custo dos serviços prestados	(2.624.088)	(2.131.098)	(5.029.267)	(4.146.951)
Despesas com vendas	(565.302)	(428.606)	(907.322)	(720.030)
Despesas gerais e administrativas	(500.544)	(537.333)	(991.740)	(920.177)
Outras receitas (despesas) líquidas	(22.284)	4.014	(77.684)	(28.798)
	(3.712.218)	(3.093.023)	(7.006.013)	(5.815.956)

8. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Caixa e bancos	12.993	15.447	28.051	32.346
Certificados de depósitos bancários	4.258	3.334	4.337	3.417
Fundos de investimentos de renda fixa	19	372.857	6.016	685.415
	17.270	391.638	38.404	721.178

Os certificados de depósitos bancários (CDBs) são remunerados à taxa média de 100% da variação do CDI (6,90% em 2012 e 10,87% em 2011). Os CDBs são títulos emitidos por bancos de primeira linha, com variação da taxa de juros com base no percentual do CDI e cujo liquidez é imediata.

Os fundos de investimentos de renda fixa são representados por quotas de fundos exclusivos de renda fixa, com liquidez imediata, cujos ativos são títulos privados principalmente CDBs e títulos públicos.

A diminuição do caixa e equivalentes de caixa no período se deve principalmente à aquisição de ativos imobilizados e intangíveis.

9. Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Contas a receber	455.778	293.046	859.083	565.709
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(55.675)	(32.328)	(101.829)	(57.998)
	400.103	260.718	757.254	507.711

A composição das contas a receber por vencimento é como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2012	31/12/201		

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado			Controladora	Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011			Diferenças temporárias	Prejuízos fiscais e bases negativas	
Impostos a recuperar:									
Imposto de renda retido na fonte	18.306	32.529	19.639	46.870					
Impostos federais a recuperar	12.466	33.882	18.939	43.250					
Impostos estaduais	34.576	28.268	36.245	29.889					
Outros	1.829	1.014	7.974	1.297					
	67.177	95.693	82.797	121.306					
Circulante	63.117	91.633	77.115	115.717					
Não circulante	4.060	4.060	5.682	5.589					
Obrigações fiscais:									
Impostos federais a recolher	31.296	27.641	63.366	60.387					
Impostos estaduais a recolher	2.460	3.798	26.555	29.633					
Impostos municipais a recolher	2.772	2.333	4.073	4.415					
	36.528	33.772	93.994	94.435					
Impostos diferidos:									
Imposto de renda e contribuição social ativo									
Prejuízo fiscal e base negativa	-	-	214.967	256.616					
Diferenças temporárias									
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas	57.999	122.721	79.952	139.903					
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.971	12.033	36.174	22.184					
Provisão para participação nos resultados	37.157	40.110	50.296	52.676					
Varição cambial e perdas com derivativos	22.235	4.259	28.004	4.259					
Provisão para fornecedores, estoques e imobilizado	65.889	38.068	77.668	42.994					
Outros	25	307	39	361					
	203.276	217.498	272.133	262.377					
	203.276	217.498	487.100	518.993					
Imposto de renda e contribuição social passivo									
Diferenças temporárias									
Crédito fiscal sobre ágios na aquisição de empresas	(233.578)	(96.528)	(233.578)	(96.528)					
Intangível	(133.880)	(151.127)	(133.880)	(151.127)					
Ativo imobilizado	803	1.548	803	1.548					
Outros	(1.043)	(1.281)	(1.043)	(1.894)					
	(367.698)	(247.388)	(367.698)	(248.001)					
	(164.422)	(29.890)	119.402	270.992					
	(164.422)	(29.890)	(164.422)	(30.503)					
	(164.422)	(29.890)	119.402	270.992					

b. Impostos diferidos e a recuperar

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos ativo

Saldos em 31 de dezembro de 2010

Adições	76.837
Baixas	(84.388)
Reclassificação dos impostos diferidos passivos	(33.244)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	-

Saldos em 31 de dezembro de 2011

Adições	145.322
Baixas	(159.545)
Reclassificação dos impostos diferidos passivos	14.223
Saldos em 31 de dezembro de 2012	-

Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos passivo

Saldos em 31 de dezembro de 2010

Adições	-
Baixas	-
Reclassificação para impostos diferidos ativos	(32.244)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	29.890

Saldos em 31 de dezembro de 2011

Adições	136.804
Baixas	(16.495)
Reclassificação dos impostos diferidos ativos	14.223
Saldos em 31 de dezembro de 2012	164.422

A estimativa de realização dos impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2012, apurada com base na projeção de resultados futuros, é como segue:

2013	123.680
2014	38.878
2015	14.463
2016	7.749
2017 a 2022	18.506
Total	203.276

As estimativas de recuperação dos créditos tributários são revisadas, no mínimo, anualmente e estão suportadas pelas projeções dos lucros tributáveis, levando em consideração diversas premissas financeiras e de negócios consideradas no encerramento do exercício em 31 de dezembro de 2012 que são os mesmos utilizados para a avaliação de recuperação de ativos divulgados na nota explicativa 15. Consequentemente, as estimativas estão sujeitas a não se concretizarem no futuro tendo em vista as incertezas inerentes às previsões. A Companhia tem prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social a compensar com 30% dos lucros tributários anuais, sem prazo para prescrição, nos seguintes montantes:

	Controladora (*)			Consolidado		
	31/12/2012	31/12/2011	Total	31/12/2012	31/12/2011	Total
Saldo do prejuízo fiscal e base negativa	1.616.071	1.917.235	-	1.792.251	2.227.470	-
Crédito fiscal (25%/9%)	404.018	172.551	576.569	448.063	200.472	648.535
Crédito fiscal reconhecido	-	-	-	-	-	-
Crédito fiscal não reconhecido	404.018	172.551	576.569	448.063	200.472	648.535

(*) A redução do crédito fiscal não reconhecido na controladora em 2012 ocorreu devido a revisão realizada no saldos dos prejuízos fiscais e bases negativas.

13. Investimentos

As informações detalhadas sobre a composição e a movimentação dos investimentos, bem como outras informações relevantes sobre as controladas, são como segue:

a) Movimentação dos investimentos

Empresas

Investimentos em controladas:

	Saldos em 31/12/2010	Redução do capital social (*)	Juros s/ capital próprio	Dividendos (**)	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2011
Net São Paulo Ltda.	795.045	-	(47.574)	(188.000)	241.591	801.062
Net Rio Ltda.	683.113	(327.632)	(22.914)	-	84.609	417.176
Net Brasília Ltda.	111.774	-	(6.706)	-	6.235	111.303
Reyc Comércio e Participações Ltda.	51.945	-	-	-	(11.907)	40.038
Outros	12.157	-	(566)	-	4.290	15.881
	1.654.034	(327.632)	(77.760)	(188.000)	324.818	1.385.460

(*) Em conexão com o Plano de Reestruturação Societária estabelecido pela Companhia em 2009, durante o terceiro trimestre de 2010, a Companhia adquiriu, da subsidiária Net Rio Ltda., pelo seu valor contábil, a participação integral nas controladas Net Belo Horizonte Ltda., Net Brasília Ltda. e Net Campinas Ltda. por um valor total de R\$ 327.632, o qual foi classificado como contas a pagar a partes relacionadas, não havendo nenhum ágio/deságio ou impacto na demonstração do resultado a ser reconhecido. Em março de 2011, a Net Rio Ltda. reduziu seu capital social em R\$ 327.632 e liquidou os saldos a receber da Companhia quitando a transação, sem impacto na demonstração do resultado do exercício.

(**) Vide nota explicativa 18.

Empresas

Investimentos em controladas:

	Saldos em 31/12/2011	Adições	Aumento do capital social	Dividendos	Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldos em 31/12/2012
Net São Paulo Ltda.	801.062	-	-	(382.000)	(31.936)	187.888	575.014
Net Rio Ltda.	417.176	-	-	(190.000)	(17.067)	27.718	237.827
Net Brasília Ltda.	111.303	-	97.900	-	(10.068)	8.367	207.502
Reyc Comércio e Participações Ltda.	40.038	-	50.161	-	-	(9.848)	80.351
Outros	15.881	2	-	(4.600)	-	2.895	14.178
	1.385.460	2	148.061	(576.600)	(59.071)	217.020	1.114.872

Em 14 de maio de 2012, as controladas Net São Paulo Ltda. e Net Rio Ltda., pagaram dividendos para a controladora Net Serviços no montante de R\$ 382.000 e R\$ 190.000, respectivamente. As controladas Net Brasília Ltda. e Reyc Comércio e Participação Ltda. aumentaram o capital social com utilização de saldos de mútuos que tinham com a Companhia conforme descrito na nota explicativa 19.

b) Informações relevantes sobre as controladas

Controladas:	31/12/2012				Exercícios findos em 31 de dezembro de	
	Quotas (mil)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	2012	2011
Net São Paulo Ltda.	43.972	2.224.267	1.649.254	575.013	187.888	241.591
Net Rio Ltda.	20.000.000	1.043.923	806.096	237.827	1.138.890	84.609
Net Brasília Ltda.	18.662.671	338.881	131.379	207.502	303.945	6.235
Reyc Comércio e Participações Ltda.	3.967	214.616	134.265	80.351	314.712	(11.907)
Outras	-	37.380	23.201	14.179	17.402	4.290
					2.895	324.818

14. Imobilizado

	Controladora				Consolidado				
	Rede de distribuição	Softwares e equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações, benfeitorias e edificações	Veículos	Ferramentas	Outros	Total
Custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2010	3.413.569	111.092	27.883	22.574	58.017	3.203	25.817	7.794	3.669.949
Adições	863.507	13.934	198	886	1.368	219	2.596	-	882.708
Transferências	(2.614)	11	27	207	129	-	46	1	(2.193)
Baixas	(17.208)	(2.974)	-	(16)	-	(442)	(14)	-	(20.654)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	4.257.254	122.063	28.108	23.651	59.514	2.980	28.445	7.795	4.529.810
Adições	1.396.813	59.070	99	1.774	4.756	57	5.446	1.414	1.469.429
Transferências	(3.097)	661	-	5	3.694	-	-	-	1.263
Baixas	(20.353)	(3.420)	(28)	(37)	(2)	(853)	-	-	(24.693)
Saldos em 31 de dezembro de 2012	5.630.617	178.374	28.179	25.393	67.962	2.184	33.891	9.209	5.975.809
Depreciação acumulada									
Taxa de depreciação ao ano (%)	8,33 a 20%	20 a 33,33%	10%	10%	4 a 25%	20%	20%	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2010	(1.739.319)	(89.051)	(20.579)	(15.136)	(28.388)	(2.957)	(13.003)	121	(1.908.312)
Adições	(373.567)	(13.851)	(1.765)	(1.291)	(2.950)	(142)	(4.371)	-	(397.937)
Transferências	50	-	-	-	-	-	(46)	-	4
Baixas	15.872	2.972	-	16	-	425	10	-	19.295
Saldos em 31 de dezembro de 2011	(2.096.964)	(99.930)	(22.344)	(16.411)	(31.338)	(2.674)	(17.410)	121	(2.286.950)
Adições	(511.467)	(14.737)	(1.386)	(1.299)	(3.554)	(88)	(4.466)	-	(536.997)
Baixas	20.051	3.217	23	37	2	796	-	-	24.126
Saldos em 31 de dezembro de 2012	(2.588.380)	(111.450)	(23.707)	(17.673)	(34.890)	(1.966)	(21.876)	121	(2.799.821)
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2010	1.674.250	22.041	7.304	7.438	29.629	246	12.814	7.915	1.761.637
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2011	2.160.290	22.133	5.764	7.240	28.176	306	11.035	7.916	2.242.860
Saldos líquidos em 31 de dezembro de 2012	3.042.237	66.924	4.472	7.720	33.072	218	12.015	9.330	3.175.988

	Controladora				Consolidado				
	Rede de distribuição	Softwares e equipamentos de informática	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Instalações, benfeitorias e edificações	Veículos	Ferramentas	Outros	Total
Custo									
Saldos em 31 de dezembro de 2010	6.673.532	138.312	44.862	30.843	95.079	4.156	50.166	8.143	7.045.093
Adições	1.558.537	15.488	660	1.658	2.737	555	4.348	-	1.583.983
Transferências	(1.452)	93	28	298	322	-	48	1	(662)
Baixas	(48.079)	(3.836)	-	(28)	-	(808)	(206)	-	(52.957)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	8.182.538	150.057	45.550	32.771	98.138	3.903	54.356	8.144	8.575.457
Adições	2.401.365	60.690	216	2.176	5.621	74	10.228	1.414	2.481.784

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Empresas	Consolidado									
	Passivo									
	Fornecedores		Fornecedores de programação		Dívidas		Partes relacionadas		Total	
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Acionistas										
Emp. Brasil. de Telecom. S.A. - Embratel (**)	169.312	60.199	-	-	-	-	120.557	84.490	289.869	144.689
Ligadas	169.312	60.199	-	-	-	-	120.557	84.490	289.869	144.689
G2C Globosat Comercialização de Conteúdos S.A.	-	-	101.448	102.146	-	-	-	-	101.448	102.146
Banco Inbursa S.A. (não inclui o custo de captação)	-	-	-	-	207.979	381.822	-	-	207.979	381.822
Cablenda do Brasil Ltda.	1.579	-	-	-	-	-	-	-	1.579	-
América Movil. S.A.B de C.V.	-	-	-	-	-	-	686.585	-	686.585	-
Procosa do Brasil Proj. Cost. e Inst. Ltda.	3.195	1.455	-	-	-	-	-	-	3.195	1.455
DLA, Inc (Digital Latin America, LLC)	-	-	2.915	-	-	-	-	-	2.915	-
Primesys Soluções Empresariais S.A.	4.787	1.830	-	-	-	-	-	-	4.787	1.830
Outras	1.009	1.508	-	-	-	-	-	-	1.009	1.508
Total do passivo	10.570	4.793	104.363	102.146	207.979	381.822	686.585	-	1.009.497	488.761
Circulante	179.882	64.992	104.363	102.146	207.979	381.822	807.142	84.490	1.299.366	633.450
Não circulante	179.882	64.992	104.363	102.146	3.629	6.662	127.142	84.490	415.016	258.290
	-	-	-	-	204.350	375.160	680.000	-	884.350	375.160

(**) Saldos substancialmente referentes a repasse por conta do Nefone e da contratação de Link Internet.

Incremento no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 decorrente ao aumento de volume de negócios.

Em 8 de maio de 2012, a Companhia celebrou junto à sua controladora indireta, América Movil, S.A.B. de C.V., três contratos de mútuo por intermédio de suas operadoras, Net São Paulo Ltda. e Net Rio Ltda., no montante total de R\$ 680.000, com vencimento em 5 anos (2017). A taxa de juros é equivalente ao CDI acrescidos de um "spread" de 1,08% ao ano, pagáveis em maio e novembro de cada ano, a partir de 2012. A Companhia utilizou recursos provenientes desses contratos para liquidar as Notas de Créditos Bancários emitidas pelo Banco Itaú BBA e a totalidade das debêntures públicas da 6ª. emissão da Companhia (nota explicativa 18).

A movimentação dos saldos de direito de uso pré-pagos e receitas diferidas das transações com a Embratel, são como segue:

	Controladora							
	Ativo				Passivo			
	Direito de uso pré-pago		Net Fone		Serviços compartilhados		Total	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31/12/2010	122.719	346.606	100.686	284.379	18.812	65.875	119.498	350.254
Adições	-	-	-	-	-	2.881	-	2.881
Baixas	(122.719)	-	(100.686)	-	(21.055)	-	(121.741)	-
Transferências	120.804	(120.804)	99.117	(99.117)	21.824	(21.824)	120.941	(120.941)
Saldo em 31/12/2011	120.804	225.802	99.117	185.262	19.581	46.932	118.698	232.194
Baixas	(120.804)	-	(99.116)	-	-	(20.547)	(99.116)	(20.547)
Transferências	118.785	(118.785)	97.459	(97.459)	(1.169)	1.169	96.290	(96.290)
Saldo em 31/12/2012	118.785	107.017	97.460	87.803	18.412	27.554	115.872	115.357

Empresas	Resultado operacional/financeiro dos exercícios findo em 31 de dezembro de 2012 e 2011													
	Receita de serviços e repasse de despesas administrativas		Financeiro		Despesas telecomunicações e amortizações		Receitas de aluguel/telecomunicações		Programação		Comissão mercantil e guia de programação		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Controladas														
Net São Paulo Ltda.	215.769	156.775	(1.016)	12.421	-	-	-	-	-	-	-	-	214.753	169.196
Net Rio Ltda.	101.561	74.930	4.022	415	-	-	-	-	-	-	-	-	105.583	75.345
Net Brasília Ltda.	27.519	20.150	2.874	9.239	-	-	-	-	-	-	-	-	30.393	29.389
Reyc Comércio e Participações Ltda.	-	-	4.764	8.106	-	-	-	-	-	-	-	-	4.764	8.106
Outras	1.402	1.097	(611)	(519)	-	-	-	-	-	-	-	-	791	578
	346.251	252.952	10.033	29.662	-	-	-	-	-	-	-	-	356.284	282.614
Acionistas														
Emp. Brasil. de Telecom. S.A. - Embratel	-	-	(1.652)	(2.017)	(483.126)	(404.289)	367.432	317.733	-	-	-	-	(117.346)	(88.573)
	-	-	(1.652)	(2.017)	(483.126)	(404.289)	367.432	317.733	-	-	-	-	(117.346)	(88.573)
Ligadas														
Banco Inbursa S.A. (não inclui o custo de captação)	-	-	(50.646)	(74.130)	-	-	-	-	-	-	-	-	(50.646)	(74.130)
G2C Globosat Comercialização de Conteúdos S.A.	-	-	-	-	-	-	-	(556.059)	(487.502)	(1.077)	(1.025)	(557.136)	(488.527)	
Primesys Soluções Empresariais S.A.	-	-	-	-	(19.574)	(13.681)	2.412	-	-	-	-	(17.162)	(13.681)	
Telmex do Brasil Ltda.	-	-	-	-	-	(27.471)	119	-	-	-	-	119	(27.471)	
Claro S.A.	-	-	-	-	(7.854)	(8.160)	-	-	-	-	-	(7.854)	(8.160)	
Editora Globo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(3.226)	(2.931)	(3.226)	(2.931)	
DLA, Inc (Digital Latin America, LLC).	-	-	-	-	-	-	-	(12.273)	-	-	-	(12.273)	-	
Outras	-	-	-	-	(2.524)	(427)	115	334	-	(1)	-	(2.410)	(93)	
	-	-	(50.646)	(74.130)	(29.952)	(49.739)	2.646	334	(568.332)	(487.502)	(4.304)	(3.956)	(650.588)	(614.993)
	346.251	252.952	(42.265)	(46.485)	(513.078)	(454.028)	370.078	318.067	(568.332)	(487.502)	(4.304)	(3.956)	(411.650)	(420.952)

Empresas	Resultado operacional/financeiro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011											
	Receita aluguel/telecomunicações		Financeiro		Despesas com telecomunicações		Programação		Comissão mercantil e guia de programação		Total	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Controladas												
Emp. Brasil. de Telecom. S.A. - Embratel	703.539	572.672	(17.308)	(15.893)	(764.328)	(531.878)	-	-	-	-	(78.097)	24.901
	703.539	572.672	(17.308)	(15.893)	(764.328)	(531.878)	-	-	-	-	(78.097)	24.901
Ligadas												
G2C Globosat Comercialização de Conteúdos S.A.	-	-	-	-	-	-	(1.198.900)	(1.085.859)	(1.894)	(1.797)	(1.200.794)	(1.087.656)
Editora Globo S.A.	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.092)	(6.096)	(6.092)	(6.096)
Banco Inbursa S.A. (não inclui o custo de captação)	-	-	(85.694)	(73.710)	-	-	-	-	-	-	(85.694)	(73.710)
América Movil. S.A.B de C.V.	-	-	(36.912)	-	-	-	-	-	-	-	(36.912)	-
Telmex do Brasil Ltda.	119	-	-	-	-	(47.824)	-	-	-	-	119	(47.824)
Claro S.A.	-	-	-	-	-	(12.639)	(14.062)	-	-	-	(12.639)	(14.062)
Primesys Soluções Empresariais S.A.	2.517	550	-	-	(21.448)	(60.857)	-	-	-	-	(18.931)	(60.307)
Procosa do Brasil Proj. Cost. e Inst. Ltda.	-	-	-	-	(13.489)	(3.530)	-	-	-	-	(13.489)	(3.530)
DLA, Inc (Digital Latin America, LLC).	-	-	-	-	-	-	(31.627)	-	-	-	(31.627)	-
Outras	1.378	2.073	-	-	(425)	(1.589)	-	-	-	-	953	484
	4.014	2.623	(122.606)	(73.710)	(48.001)	(127.862)	(1.230.527)	(1.085.859)	(7.986)	(7.893)	(1.405.106)	(1.292.701)
	707.553	575.295	(139.914)	(89.603)	(812.329)	(659.740)	(1.230.527)	(1.085.859)	(7.986)	(7.893)	(1.483.203)	(1.267.800)

Os saldos com empresas controladas estão sujeitos a juros de 12% a.a., com prazo de vencimento indeterminado.

Os valores e condições dos contratos de programação e eventos de "pay-per-view" (PPV) são realizados com as empresas relacionadas às Organizações Globo, tais como o SporTV, GNT, Multishow, Globo News, Futura, Canal Brazil, Sexy Hot, Universal Channel, For Man, Playboy, Vênus e Private. Os contratos relacionados ao Vídeo On Demand são realizados com a subsidiária da América Movil, DLA Inc.

Os guias de programação de canais são editados e distribuídos pela Editora Globo S.A., empresa controlada pela Globo Comunicação e Participações S.A.

A Companhia e a Embratel, juntas, oferecem serviços de telefonia para os assinantes da Companhia. O modelo de negócio é oferecer um produto de voz da Embratel aos assinantes existentes e potenciais da Companhia usando a rede bidirecional da Companhia e com compartilhamento de resultados. Com a implementação desse negócio, a empresa pôde, então, passar a oferecer nos seus mercados serviços integrados de vídeo, banda larga e voz ("triple play"). A comercialização desse produto iniciou-se em março de 2006.

O contrato entre a Companhia e a Embratel tem como principal objetivo a exploração de serviços de voz, com base nas outorgas da Embratel de Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), Serviço de Comunicação de Multimídia (SCM) e/ou mediante outra estrutura que melhor se adapte à sua exploração pelas partes, mediante a utilização da rede de cabos da Companhia para acesso aos clientes finais, com a utilização simultânea da rede de comunicações da Embratel.

As transações da Companhia envolvendo as empresas ligadas à Embratel Participações S.A. ("Embrapar"), estão registradas com base em preços e condições definidos conforme segue:

a) Contratos de direito de uso

a.1) Receita Net Fone - Em 31 de dezembro de 2009, a Embratel investiu o montante de R\$ 873.539 na aquisição irrevogável e irrevogável de direito de uso de 3 Gbs de capacidade de transmissão gerada pela rede coaxial da Companhia pelo prazo de 5 anos podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes. O valor investido, pago à vista, está registrado como receita diferida e é apropriado ao resultado pelo prazo do contrato em 60 meses consistente com a previsão de utilização da capacidade pelo contratante no período, e considera o desconto financeiro pelo pagamento antecipado. O uso de capacidade excedente à parcela é cobrado mensalmente.

a.2) Link internet - A Companhia presta serviço de acesso à Internet, denominado serviço de banda larga NetVirtua, através da utilização da infraestrutura de backbone IP da Embratel. Em 31 de dezembro de 2009, foram investidos R\$ 849.632 na aquisição irrevogável e irrevogável (Contrato IRU) de 45 Gb/s de capacidade de transmissão gerada pela infraestrutura de backbone IP da Embratel pelo período de 5 anos podendo ser renovado pelo mesmo período mediante futura negociação comercial entre as partes, classificada como direito de uso pré-pago. O valor investido, pago à vista, está registrado no ativo como direito de uso pré-pago e é amortizado pelo prazo do contrato em 60 meses consistente com a previsão de utilização da capacidade no período contratado, e considera o desconto financeiro pelo pagamento antecipado. O gasto excedente à capacidade mensal adquirida é remunerado de acordo com o contrato específico e é reconhecido como custos dos serviços prestados.

b) Outros serviços - São remunerados com base no percentual de custos incorridos de cada projeto, de acordo com o contrato, tais serviços são pagos antecipadamente pela Embratel e, consequentemente, as antecipações estão registradas como receitas antecipadas no balanço patrimonial.

c) Receita de acesso à rede - São remuneradas de acordo com contrato específico com base na velocidade de transmissão.

d) Receita de aluguel de fibras ópticas - São remuneradas de acordo com contrato específico, em condições previstas entre as partes, sendo que tais serviços são pagos antecipadamente pela Embratel e, consequentemente, as antecipações estão registradas como receitas antecipadas no balanço patrimonial.

e) Receita de pequenas e médias empresas - São remuneradas de acordo com cláusulas contratuais específicas, a 50% do resultado líquido apurado das contas faturadas pela Embratel, deduzidos de impostos e os custos de interconexão.

f) Despesas de comunicação como canal de voz e telefone fixo, estão registradas com base em preços e condições contratuais.

g) A Companhia possui contrato de serviços com a Primesys (SCM), controlada da Embratel e com a Procosa (serviços de manutenção de rede), controlada da América Movil.

As operações com partes relacionadas, listadas acima, são em regra geral, realizadas em condições de mercado. Com relação àquelas transações com características peculiares as condições comerciais são estabelecidas visando o equilíbrio econômico financeiro entre as partes envolvidas.

De acordo com o previsto na Lei nº 9.249/95, as controladas contabilizaram juros sobre o capital próprio, com base na TJLP vigente no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, no montante de R\$ 59.071 (R\$ 77.760 em 31 de dezembro de 2011), contabilizado em despesas financeiras, com retenção de 15% de imposto de renda na fonte, no montante de R\$ 8.861 (R\$ 11.664 em 31 de dezembro de 2011), conforme requerido pela legislação fiscal. Nas demonstrações financeiras das controladas, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e deduzidos dos lucros acumulados em contrapartida ao passivo circulante.

20. Compromissos e provisões

I) Compromissos - A Companhia possui diversos compromissos firmados com seus fornecedores, como segue:

	Aluguel de postes	Aluguel de dutos	Aluguel de escritório	Equipamentos	Total
2013	145.009	10.703	35.578	52.806	244.096
2014	152.027	11.221	37.300	-	200.548
2015	159.158	11.748	39.048	-	209.954
2016	166.590	12.296	40.873	-	219.759
2017 a 2022	1.176.243	86.821	288.590	-	1.551.654
Total	1.799.027	132.789	441.389	52.806	2.426.011

II) Provisões - A Companhia e suas controladas são parte em processos judiciais e administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, processos os quais foram surgindo no curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Os processos envolvem autos de infração, pleitos de indenização, requerimentos de revisão de contratos e outras ações cujos valores requeridos ou impostos não refletem o que será definido na sentença final. Adicionalmente, não é possível prever quando esses casos serão liquidados uma vez que são dependentes de fatores não controlados pela Administração da Companhia. A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado destes processos e, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como se segue:

	Controladora			
	Trabalhistas/previdenciárias	Cíveis	Fiscais	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2010	20.901	30.383	384.150	435.434
Adição à provisão	17.845	19.865	8.493	46.203
Atualização monetária	717	1.683	28.656	31.056
Valores utilizados	(9.348)	(15.803)	(5.598)	(30.749)
Valores não utilizados revertidos	(4.285)	(2.294)	(48.239)	(54.818)
Saldos em 31 de dezembro de 2011	25.830	33.83		



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

III) Passivos contingentes não provisionados

Além dos processos acima mencionados, em 31 dezembro de 2012, existem outros processos em andamento que totalizam R\$ 762.094 (R\$ 666.212 em 31 de dezembro de 2011) na controladora e R\$ 1.459.905 (R\$ 1.272.179 em 31 de dezembro de 2011) no consolidado, para os quais, baseado na opinião dos assessores jurídicos da Companhia e em consonância com as práticas contábeis adotadas pela mesma, não foram registradas provisões. A Companhia não espera qualquer reembolso em conexão com o resultado desses processos.

Os processos mais significativos, cujos riscos foram avaliados como possível, estão sumariados a seguir:

a. Glosa de despesas - IRPJ/CSLL

Em 21 de dezembro de 2009, a controlada Net São Paulo Ltda. recebeu um auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal do Brasil questionando parte das despesas consideradas dedutíveis na sua apuração de IRPJ e CSLL no período base de 2004 a 2008, no montante de R\$ 403.389 (IRPJ) e R\$ 143.914 (CSLL). Por força de decisão em primeira instância proferida no ano de 2010, os valores foram reduzidos para R\$ 274.126 (IRPJ) e R\$ 97.821 (CSLL). Os valores atualizados deste processo em 31 de dezembro de 2012 totalizavam R\$ 328.184 (IRPJ) e R\$ 117.112 (CSLL).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Receita Federal questionando parte das despesas consideradas dedutíveis na apuração do imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido das controladas, Net Belo Horizonte Ltda. e Net Rio Ltda., relativas aos exercícios-base de 2007 e 2008, no montante de R\$ 75.764 (imposto de renda) e R\$ 25.701 (contribuição social sobre o lucro líquido).

Os assessores jurídicos da Companhia entendem que estas despesas estão em conformidade com a legislação tributária não havendo, dessa forma, motivo para a glosa pretendida pela autoridade fiscal.

b. ISS - Exigência sobre serviços de diversão pública ou de diversões, lazer e entretenimento e congêneres

Em 2010, a Fazenda Municipal de Santo André lavrou auto de infração referente à equiparação do serviço de TV a cabo com o serviço de diversão pública, no qual incide a tributação de ISS. O valor atualizado deste processo em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 135.632 (R\$ 127.339 em 31 de dezembro de 2011).

Os assessores jurídicos da Companhia sustentam que o serviço de TV a cabo prestado pela Companhia configura serviço de comunicação e não serviço de diversão pública.

c. Glosa de despesas e despesas não comprovadas

Em 2007, a Net Rio Ltda. foi autuada pelo fisco sob alegação de não apresentação de documentos comprobatórios de certas despesas registradas dentro do tempo determinado pela fiscalização na apuração do imposto de renda e contribuição social. O montante dos autos em 31 de dezembro de 2012 era de R\$ 54.342 (R\$ 53.169 em 31 de dezembro de 2011).

Os assessores jurídicos da Companhia entendem que estas despesas estão em conformidade com a legislação tributária não havendo, dessa forma, motivo para a glosa pretendida pela autoridade fiscal.

d. Benefício fiscal de redução da base de cálculo do ICMS

Em 12 agosto de 2011, a Companhia foi autuada pela Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo pela perda do benefício fiscal de redução da base de cálculo do ICMS a que faz jus, em virtude da alegação, por parte da autoridade tributária, que a Companhia não incluiu receitas oriundas de locação/aluguel de equipamento na base de cálculo do ICMS. O valor atualizado deste processo em 31 de dezembro de 2012 totalizava R\$ 274.195.

A Companhia está apoiada na interpretação do Superior Tribunal de Justiça de que a locação/aluguel de equipamentos não se confunde com o serviço de TV por assinatura, e portanto, entende que tais transações não podem ser objeto de tributação pelo ICMS, e que muito menos entende que haja motivos para perda do benefício fiscal, conforme pretendido pela autoridade fiscal.

IV) Outras informações

Cobrança ponto extra

Em 22 de abril de 2009, através da Resolução nº 528, a Anatel proibiu as operadoras de TV por assinatura de cobrarem de seus clientes por mais de um ponto instalado na residência, havendo no entanto expressa permissão para cobrança de eventos específicos como instalação, reparo da rede interna, dos conversores e decodificadores de sinal ou equipamentos similares. Ante as controvérsias ainda existentes no setor sobre o tema, a Anatel publicou em 22/03/2010 a súmula 9, esclarecendo a possibilidade da livre negociação dos equipamentos instalados para prestação do serviço prestado no ponto adicional. Nesse sentido, a Administração não espera impacto relevante nas atividades operacionais da Companhia, já que no atual modelo de comercialização do ponto extra cobra apenas pelo aluguel do equipamento e taxa de instalação por ponto, nos termos da regulamentação vigente.

21. Patrimônio líquido

Capital social

Em 31 de dezembro de 2012, o capital social está representado por 114.459.685 ações ordinárias e 228.503.916 ações preferenciais, sem valor nominal.

O capital social poderá ser aumentado até o limite de R\$ 6.500.000 independentemente de alteração estatutária, na forma do artigo 168 da Lei das Sociedades por Ações, por deliberação do Conselho de Administração, que fixará as condições de emissão nos termos do parágrafo primeiro do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações.

No início do exercício de 2012, a Embrapar adquiriu o controle indireto da Companhia, como decorrência da conclusão da compra de 1.077.520 ações ordinárias de emissão da GB Empreendimentos e Participações S.A. ("GB"), controladora direta da Companhia, anteriormente detidas pela Globo Comunicação e Participações S.A. ("Globo"). As ações adquiridas representam 5,5% do capital votante da GB e eram objeto de opção de compra outorgada pela Globo ("Opção"), nos termos do Acordo de Acionistas da GB, celebrado em 21 de março de 2005.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de abril de 2012, foram deliberados o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia e a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2 da BM&FBOVESPA, ambos condicionados à realização de uma oferta pública unificada, contemplando também a oferta pública por alienação de controle da Companhia, em razão do exercício da Opção, para a aquisição de todas as ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia, incluindo as ações negociadas na Nasdaq e na Latibex, cujo preço máximo a ser ofertado será de R\$ 26,04 ajustado pela variação do CDI desde o dia 5 de março de 2012 até a data da entrega do laudo de avaliação das ações da Companhia. Caso o preço das ações da Companhia, apurado em conformidade com o laudo de avaliação, fosse superior ao preço máximo ofertado, a Embrapar reservava-se o direito de cancelar a oferta pública para cancelamento de registro e/ou a oferta pública para saída do Nível 2 da BM&FBOVESPA, prosseguindo-se apenas em relação à oferta pública por alienação de controle.

Em 6 de julho de 2012, Embratel, Embrapar e GB informaram à Companhia de sua decisão de desistir da oferta pública para cancelamento de registro de companhia aberta da Companhia e de sua intenção de promoverem apenas a oferta pública por alienação de controle da Companhia e de descontinuidade, pela Companhia, das práticas diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 da BM&FBOVESPA.

Ainda durante o exercício de 2012, a Embrapar acordou com a Globo os termos e condições de uma reestruturação das participações acionárias detidas pela Embrapar, por sua controlada, Embratel, e pela Globo, no capital social da GB e da Companhia. A implementação desta reestruturação societária se iniciou por intermédio de operação de cisão parcial da GB, com a versão da parcela cindida para uma pessoa jurídica já existente, a EG Participações S.A. ("EG"), cujo controle acionário continua sendo de titularidade da Embrapar e da qual a Globo participa como acionista minoritária. Dessa forma, a GB passou a deter 89.446.769 ações ordinárias e 223.080.448 ações preferenciais de emissão da Companhia, correspondentes a 78,15% de seu capital votante e 97,63% de seu capital não votante e a EG passou a deter 14.080.704 ações ordinárias de emissão da Companhia, correspondentes a 12,30% de seu capital votante.

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

As ações preferenciais têm direito de voto exclusivamente nas seguintes matérias: (a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia; (b) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia; (c) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico das ações da Companhia, nos termos do artigo 9º, "iv", do Estatuto Social; e (d) alteração ou revogação de dispositivos do Estatuto Social que resultem no descumprimento, pela Companhia, das exigências previstas na Seção IV, item 4.1, do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa - Nível 2, instituído pela BM&Fbovespa S.A.; também têm direito de voto no que diz respeito à aprovação de contratos entre a Companhia e seu acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, no futuro, por força de disposição legal ou estatutária, a aprovação desses contratos for deliberada em Assembleia Geral.

As ações preferenciais é assegurado o recebimento de dividendos em dinheiro 10% (dez por cento) maiores que aqueles pagos às ações ordinárias; a prioridade no reembolso, em caso de liquidação da Companhia, sem prêmio, pelo valor patrimonial; e o tratamento igualitário àquele dado aos acionistas que exerçam o poder efetivo de conduzir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da Companhia, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito ("Poder de Controle"), na hipótese de alienação desse Poder de Controle, de acordo com o artigo 27, caput, do Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais, por não terem dividendos fixos ou mínimos, não adquirirão o exercício do direito de voto se a Companhia deixar de pagar dividendos, e participarão em igualdade de condições com as ações ordinárias na distribuição de bonificações. Também poderão representar até 2/3 (dois terços) do total das ações emitidas pela Companhia, podendo, em sua emissão, ser alterada a proporção anteriormente existente entre ações ordinárias e preferenciais.

Acordo de acionistas

Em 21 de dezembro de 2012, foi aprovado pela Anatel o novo acordo de acionistas da Companhia, pelo qual, as ações da Companhia não poderão ser transferidas, oneradas ou gravadas, durante a sua vigência, direta ou indiretamente, para quaisquer terceiros, sem a observância do disposto no Acordo de Acionistas da EG, incluindo, sem limitação, os procedimentos sobre transferência, direito de preferência para aquisição e direito de venda conjunta previstos no Acordo de Acionistas da EG. O acordo define ainda, a forma do exercício do voto e da realização das assembleias gerais e reuniões do Conselho de Administração.

O Conselho de Administração da Companhia é composto por 12 (doze) membros efetivos e igual número de suplentes, sendo, no mínimo, 20% (vinte por cento) de seus membros Conselheiros Independentes, tal como definido no Regulamento do Nível 2 de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA. De acordo com o atual Acordo de Acionistas da Companhia, destes 12 (doze) membros efetivos e respectivos suplentes, 10 (dez) serão eleitos e desituídos, por indicação exclusiva e em separado, pelas acionistas Embratel e Embrapar, conjuntamente.

Reserva de Capital

A reserva de capital compreende o ágio na emissão de ações, prêmio na emissão de debêntures e reserva especial de ágio. A reserva especial de ágio foi gerada quando o acervo líquido da Globotel Participações S.A. foi incorporado pela Net Serviços de Comunicação S.A. em agosto de 2001. A reserva especial de ágio representa um benefício fiscal quando o ágio foi transferido para a Companhia através da incorporação.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia obteve benefícios fiscais, representados por economia de caixa, no valor de R\$ 7.742 (R\$ 9.744 em 2011) decorrente da amortização do ágio apurado pela Globotel Participações S.A..

Observado o direito de preferência dos acionistas não controladores, a parcela da reserva especial de ágio, relativa ao benefício fiscal realizado, poderá ser capitalizada futuramente a favor da acionista Embratel, assegurando-se aos demais acionistas a facultade de exercerem o seu direito de preferência na subscrição dessas ações.

Operação	Contratos			Cenário provável		Cenário adverso possível (a)			Cenário adverso remoto (b)		
	Quantidade	Valor US\$ mil	Vencimento	Taxa do dólar R\$	Taxa CDI	Taxa do dólar R\$	Taxa CDI	Perda	Taxa do dólar R\$	Taxa CDI	Perda
Dólar x CDI	8	39.200	De 24/01/2013 a 29/07/2013	2,0435	6,90	1,5326	8,63	24.236	1,0218	10,35	44.173

(a) O cenário adverso possível é representado por uma valorização do real em relação ao dólar de 25% e aumento da taxa do CDI de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(b) O cenário adverso remoto é representado por uma valorização do real em relação ao dólar de 50% e aumento da taxa do CDI de 50% em relação às taxas do cenário provável.

Cenário - depreciação cambial (R\$ /US\$) e redução de CDI

Operação	Contratos			Cenário provável		Cenário adverso possível (a)			Cenário adverso remoto (b)		
	Quantidade	Valor US\$ mil	Vencimento	Taxa do dólar R\$	Taxa CDI	Taxa do dólar R\$	Taxa CDI	Ganho	Taxa do dólar R\$	Taxa CDI	Ganho
Dólar x CDI	8	39.200	De 24/01/2013 a 29/07/2013	2,0435	6,90	2,5544	5,18	16.255	3,0653	3,45	36.823

(c) O cenário adverso possível é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 25% e redução da taxa do CDI de 25% em relação às taxas do cenário provável.

(d) O cenário adverso remoto é representado por uma desvalorização do real em relação ao dólar de 50% e redução da taxa do CDI de 50% em relação às taxas do cenário provável.

Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possui derivativos com alavancagem, tampouco com limites para a apuração de resultados com a apreciação ou desvalorização do Dólar norteamericano perante o Real.

Risco de taxa de juros

Os resultados da Companhia e suas controladas estão suscetíveis a variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras, dívidas e instrumentos derivativos com taxas de juros variáveis, principalmente CDI e TJLP.

Em 31 de dezembro de 2012, a exposição da Companhia às taxas de juros é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Finame	124.738	302.301
Nota promissória comercial	686.749	686.749
America Movil S.A.B de C.V.	-	686.585
Passivo exposto	811.487	1.675.635
(-) Aplicações financeiras denominadas em reais	4.277	10.353
Exposição líquida	807.210	1.665.282

Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que sujeitam a Companhia a riscos de crédito são representados, principalmente, pelo caixa e equivalentes de caixa e contas a receber. A Companhia mantém seu caixa e equivalentes de caixa com instituições financeiras de primeira linha e não limita sua exposição a uma instituição em particular, de acordo com uma política formal. A Companhia detém também fundos de investimento de renda fixa com perfil conservador. Os ativos dos fundos são compostos por títulos públicos e por títulos privados de primeira linha e com "ratings" de baixo risco, em consonância com as diretrizes estabelecidas pela Companhia. A gestão da carteira do fundo centralizador é realizada pelo Itaú Unibanco Asset Management - Banco de Investimento S.A..

A custódia e a controladoria dos fundos estão sob a responsabilidade do Banco Itaú e a gestão de risco é efetuada pela Risk Office Consultoria Financeira Ltda.. A Administração da Companhia acredita ser baixo o risco de não receber as quantias devidas por suas contrapartes.

A concentração do risco de crédito nas contas a receber de assinantes é limitada pelo grande número de assinantes que compõe a base de clientes da Companhia.

Risco de liquidez

Risco de liquidez representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. A tabela abaixo demonstra a estimativa dos pagamentos contratuais da dívida existente em 31 de dezembro de 2012:

Ano do vencimento	Controladora			
	Finame	Global Notes 2020	Nota promissória comercial	Total
2013	49.534	61.295	706.763	817.592
2014	29.706	61.295	-	91.001
2015	25.019	61.295	-	86.314
2016-2020	32.895	991.052	-	1.023.947
Total	137.154	1.174.937	706.763	2.018.854

22. Garantias

A Companhia e algumas controladas firmaram cartas de fiança e contratos de seguro, com a finalidade de garantir, principalmente, o pagamento de ações fiscais movidas contra a Companhia pelas Secretarias da Receita Federal do Brasil, Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, Secretaria do Estado do Rio de Janeiro e Delegacia da Receita Federal de Belo Horizonte, como segue:

	Controladora	31/12/2011	Consolidado	31/12/2011
Net Rio Ltda.	-	-	267.311	238.290
Net Serviços de Comunicação S.A.	73.008	47.879	73.008	47.879
Reyc Comércio e Participações Ltda.	-	-	12.948	11.932
Net Brasília Ltda.	-	-	7.557	6.263
Net São Paulo Ltda.	-	-	4.833	3.912
	73.008	47.879	365.657	308.276

23. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas em ações ordinárias. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a Companhia não possuía ações ordinárias potenciais diluidoras. A tabela a seguir estabelece o cálculo de lucros por ação para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011 (em milhares, exceto valores por ação):

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2012	31/12/2011
Numerador	R\$ 393.702	R\$ 373.173
Lucro líquido do exercício		
Denominador		
Média ponderada do número de ações ordinárias	114.459.685	114.459.685
Média ponderada do número de ações preferenciais	228.503.916	228.503.916
10% - ações preferenciais	1,10	1,10
Média ponderada do número de ações preferenciais ajustadas	251.354.308	251.354.308
Denominador para lucros básicos por ação	365.813.993	365.813.993
Lucro básico por ação ordinária	R\$ 1,08	R\$ 1,02
10% - ações preferenciais	1,10	1,10
Lucro básico por ação preferencial	R\$ 1,18	R\$ 1,12

24. Instrumentos financeiros

a) Considerações gerais

A Companhia está exposta a riscos de mercado decorrentes de suas operações e utiliza instrumentos financeiros derivativos para minimizar sua exposição a esses riscos. As receitas da Companhia são geradas em reais, ao passo que a Companhia possui dívidas, juros e contas a pagar aos fornecedores de equipamentos em moeda estrangeira, de forma que seus resultados são suscetíveis as variações em decorrência de mudanças nas taxas de câmbio, principalmente, do dólar norte americano. Os valores de mercado dos principais ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito nos valores de realização estimados. O gerenciamento de capital é efetuado por meio de estratégias operacionais, visando proteção, segurança e liquidez. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de risco.

b) Valor justo

Os valores justos dos principais passivos financeiros foram calculados considerando o custo estimado para liquidação das obrigações em 31 de dezembro de 2012, o que inclui as penalidades previstas contratualmente para uma situação de liquidação antecipada.

Os valores justos e os saldos contábeis dos principais passivos financeiros, líquidos dos custos de captação, são demonstrados a seguir:

	Controladora			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures - 6ª emissão	-	-	584.258	586.949
Global Notes 2020	737.071	843.959	675.622	769.371
Banco Inbursa S.A.	-	-	192.836	196.152
Finame	124.738	124.738	172.174	172.174
Nota promissória comercial	686.749	686.749	-	-
	1.548.558	1.655.446	1.624.890	1.724.646

	Consolidado			
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Debêntures - 6ª emissão	-	-	584.258	586.949
Global Notes 2020	737.071	843.959	675.622	769.371
Banco Inbursa S.A.	206.716	208.518	379.010	385.643
America Movil S.A.B de C.V.	686.585	686.585	-	-
Banco Itaú BBA	-	-	122.292	122.953
Finame	302.301	302.301	408.200	408.200
Nota promissória comercial	686.749	686.749	-	-
	2.619.422	2.728.112	2.169.382	2.273.116

Os valores justos dos demais ativos e passivos financeiros se aproximam dos respectivos valores contábeis.

Os valores justos das obrigações foram calculados considerando o custo estimado para liquidação das obrigações em 31 de dezembro de 2012, o que inclui as penalidades previstas contratualmente para uma situação de liquidação antecipada.

c) Riscos que impactam os negócios da Companhia

Risco de taxa de câmbio

Os resultados da Companhia estão suscetíveis às variações cambiais, em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do dólar norte americano. As receitas da Companhia são geradas em reais, ao passo que possui fornecedores de equipamentos e de conteúdo de programação e dívidas atrelados a moedas estrangeiras.

A exposição cambial da Companhia em 31 de dezembro de 2012 é demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Endividamento em dólares norteamericanos:		
Curto prazo:		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	25.439	28.912
Fornecedores de equipamentos e outros	10.012	41.796
Fornecedores de programação	2.944	2.944
	38.395	73.652

Longo prazo:

Empréstimos e financiamentos, líquidos dos custos de captação

Passivo exposto

A Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos não especulativos para proteção de sua exposição cambial. Essas operações têm por objetivo minimizar os efeitos das mudanças nas taxas de câmbio de dólares norteamericanos, na liquidação de suas operações de curto prazo. Os contratos vigentes têm como contrapartes os bancos HSBC, Santander, Itaú, JP Morgan e Standard.

A Companhia apenas contrata instrumentos financeiros derivativos (câmbio) para proteger uma parte das contas a pagar aos fornecedores de equipamentos importados e futuras obrigações de compras ainda não efetuadas, as quais estão ou serão atreladas ao dólar norteamericano, e dos pagamentos de juros da dívida. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, a Companhia detinha uma posição de instrumentos derivativos (câmbio) de R\$ 83.898 (R\$ 207.463 em 31 de dezembro de 2011), referente aos juros sobre os empréstimos em moeda estrangeira, e para compromissos com fornecedores estrangeiros. Parte do endividamento total em dólar refere-se a empréstimo contratado junto ao Banco Inbursa S.A., cujo vencimento ocorre entre 2017 e 2019 e ao Global Notes 2020, com vencimento em 2020.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos a seguir:

Descrição	Valor de referência (nocial)		Valor justo		Efeito acumulado (exercício atual)
	31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011	



Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2012 e 2011 (Em milhares de reais)

Instrumentos derivativos em contratos de swaps de câmbio são ferramentas para gerenciar o risco dos efeitos de uma grande desvalorização do real brasileiro em relação ao dólar dos Estados Unidos da América, que são insumos, outros preços cotados em mercados ativos, que são passíveis de observação quer direta ou indiretamente.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012, não houve transferência entre os níveis 1 e 2 da mensuração do valor justo ou transferências para o nível 3.

26. Seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

Em agosto de 2012, a Companhia renovou suas apólices e as coberturas totais por ramo são as seguintes:

Ramo	Principais coberturas	Coberturas máximas anuais
Multirrisco patrimonial	Incêndio, raio, explosão, vendaval, danos elétricos, roubo, valores no interior do estabelecimento, tumultos e greves, recomposição de registros, fidelidade aberta, equipamentos eletrônicos, equipamentos móveis e alagamento.	305.276
Responsabilidades	Civil, operações - estabelecimentos comerciais/industriais, prestação de serviço em locais de terceiros, empregador, riscos contingentes, obras civis, responsabilidade civil cruzada, danos morais e garagistas.	3.000
Responsabilidade civil dos diretores e administradores	Custos de defesa, despesas de representação legal e as indenizações por prejuízos financeiros causados a terceiros em decorrência de erros ou omissões nos atos de gestão dos administradores com cobertura mundial.	25.000

Conselho de Administração

TITULARES:

Oscar Von H Solis - Presidente do Conselho
Antonio Oscar de Carvalho Petersen Filho
Carlos Hernán Zenteno de Los Santos
Antonio João Filho
José Antônio Guaraldi Felix

Carlos Henrique Moreira
José Formoso Martinez
Isaac Berensztejn

Fernando Carlos Ceylão Filho - Conselheiro Independente
Mauro Szwarcwald - Conselheiro Independente

SUPLENTE:

Ney Acyr Rodrigues de Oliveira
Antonio Carlos Martelleto
Antonio Veja Sandoval
Ivan Campagnoli Junior

Carlos Perez de Leon Chavolla
Marcello da Silva Miguel
Carlos Eduardo Coutinho Sobral Vieira
Gustavo Soares Silbert

Diretoria

José Antônio Guaraldi Félix
Diretor Geral e de Relações com Investidores

Roberto Catalão Cardoso
Diretor Financeiro

Daniel Feldmann Barros
Diretor de Operações

Rodrigo Marques de Oliveira
Diretor

Flauzino Alves Ferreira Neto
Diretor de Controladoria,
Faturamento, Cobrança e Fraude

Sergio Nobuo Miyashita
Contador - CRC 1SP149998/O-7

Parecer do Conselho Fiscal

"O Conselho Fiscal da NET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO S.A., em cumprimento às disposições legais dos mercados onde a Companhia tem seus títulos mobiliários listados e às disposições estatutárias da empresa, examinou o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2012 elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e práticas contábeis adotadas no Brasil. Foram discutidas com a Diretoria e com os Auditores Independentes as políticas e estimativas contábeis que requerem julgamento, a avaliação dos controles internos como parte do sistema de controles da empresa e o controle de riscos no processo decisório. Foram ainda acompanhados os processos de confecção do Relatório de Administração, das Notas Explicativas e das Demonstrações Financeiras. Com base nos acompanhamentos e nos exames efetuados, considerando ainda, os pareceres dos Auditores Independentes e as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, o Conselho Fiscal opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembléia Geral Ordinária de Acionistas".

São Paulo, 04 de fevereiro de 2013.

Martin Roberto Glogowsky

Eraldo Soares Peçanha

João Adamo Junior

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas da
Net Serviços de Comunicação S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Net Serviços de Comunicação S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos

riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Net Serviços de Comunicação S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Net Serviços de Comunicação S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase

Conforme descrito na nota explicativa 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Net Serviços de Comunicação S.A. essas práticas diferem das IFRS, aplicáveis às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação complementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

São Paulo, 06 de fevereiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO

Quality In Everything We Do

Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6

Leonardo Amaral Donato
Contador CRC-1RJ090794/O-0 'S' SP
Thiago Ribeiro Cavalcanti
Contador CRC-1SP242980/O-3